

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ANAI S

II SÉRIE

VOLUME 41



LISBOA  MMIII

Ficha técnica:

Título
Anais, 41

Coordenação Geral
Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida

Coordenação Editorial
Sónia Maria Correia Rodrigues

Execução Gráfica
G. C. - Gráfica de Coimbra

Tiragem
500 Exemplares.

© Academia Portuguesa da História

Depósito Legal 194159/03

ISBN 972-624-134-0

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ANNAIS

II SÉRIE

VOLUME 41



LISBOA  MMIII

DA TORRE DO TOMBO DE GOA
À GOVA PURABHILEKHA:
COMEMORANDO 400 ANOS
DO ARQUIVO HISTÓRICO DE GOA

COMUNICAÇÃO APRESENTADA EM SESSÃO ORDINÁRIA
DE 25 DE OUTUBRO DE 1995

PELO

Académico Correspondente

TEOTONIO R. DE SOUZA

DA TORRE DO TOMBO DE GOA
À GOVA PURABHILEKHA:
COMEMORANDO 400 ANOS
DO ARQUIVO HISTÓRICO DE GOA

Na Índia não apareceu um arquivo centralizado logo após a criação do Estado da Índia em 1505. A documentação essencial era prioritariamente enviada para o Reino, mas haveria também muita dispersão. Existe muita documentação das primeiras décadas da presença portuguesa na Índia nos vários arquivos e Bibliotecas de Portugal¹. As cartas de Afonso de Albuquerque editadas por Bulhão Pato (1884-1915) são um exemplo mais conhecido. Mas existem muitos papéis no *Corpo Chronológico*, *Gavetas*, *Cartas dos Vicereis*, e mais colecções da Torre do Tombo, e que foram somente parcialmente publicados². A Biblioteca

¹ A. da Silva Rego, *Fontes para a História do Antigo Ultramar Português: Estado da Índia*, Vol. I, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978. É um útil catálogo, mas é preciso ter cautela com várias indicações erradas. Provavelmente Dr. Silva Rego não verificou pessoalmente a leitura feita pelos seus ajudantes. De então para cá mudaram também muitas cotas na Biblioteca Nacional.

² Luis de Albuquerque e José Pereira da Costa, "Cartas de 'Serviços' da Índia (1500-1550)", *Mare Liberum*, I, Lisboa, 1990, pp. 309-396. É uma selecção mais recente e muito valiosa de textos do *Corpo Chronológico* e das *Gavetas* de Torre do Tombo.

Nacional de Lisboa tem uma versão inédita da *Suma Oriental* de Tomé Pires³ composta logo após a conquista de Goa e contendo somente as informações de carácter utilitário para o uso da administração, e sem os textos de carácter doutrinário e meramente informativo que se encontram na versão de Paris editada por Armando Cortesão em 1944. João de Barros recebia vários papéis oficiais e particulares para a composição das suas "Décadas da Ásia". Conhecemos as crónicas de Domingos Nunes e Fernão Lopes sobre Vijayanagar que lhe tinham sido enviadas da Índia, e foram aqui editadas por David Lopes em 1897 como *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Como Vedor da Fazenda Simão Botelho teve a responsabilidade de organizar informações que para muitos eram mais úteis no estado confuso e disperso em que estavam. Nas diversas fortalezas-feitorias e camaras haveria também registos referentes à sua administração, e pode-se concluir isso do que Simão Botelho escreve na nota introdutória ao seu *Tombo da Índia* composto em 1554: «e enformey das páreas, contratos ou rendas que nelas (fortalezas) avya e asy d'ordenados que tinhão e ffiz neste liuro, em títulos apartados cada fortalexia sobre sy»⁴. É um dos registos oficiais mais antigos do Estado da Índia que veio para o Reino e se encontra no *Núcleo Antigo* (N.º 236) da Torre do Tombo. É óbvio que a crescente complexidade administrativa tenha levado à criação de registos centralizados em Goa onde funcionavam os órgãos importantes da administração como a Matricula Geral, ou a Casa dos Contos, ou a Secretaria do Estado quando a capital do Estado da Índia foi transferida para Goa em 1530.

Data de 25 de Fevereiro de 1595 a provisão régia que mandava instalar uma Torre do Tombo no Palácio do Forte, "dentro nas cazas de voso apozento, na parte mais comoda q vos parecer", isto é nas instalações do próprio vice-rei na cidade de Goa, nomeando ao mesmo tempo para o seu Guarda-Mór Diogo do Couto, que fora para a Índia aos 17 anos de idade, residia em Goa como casado, conheceu Luis de Camões em Moçambique

³ Está em preparação uma edição crítica do Ms. por Dr. Rui Manuel T. Sousa Loureiro que a apresentou como a sua dissertação complementar de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1994.

⁴ *Subsidios para a História da Índia Portuguesa*, ed. R.J. de Lima Felner, Lisboa, 1868, p. 7.

durante um curto regresso ao reino (1569-71) e já escrevera sobre os *Enganos e Desenganos da Índia* ou o *Diálogo do Soldado Prático*⁵, com um ordenado anual de 300 pardaus pagos aos quartéis na feitoria de Goa a partir do dia em lhe fosse dada a posse da dita casa e a entrega dos papéis⁶. Tudo era para ser feito "pelo modo e ordem que se tem na Torre do Tombo desta cidade" (Lisboa). O local escolhido foi a sede do vice-rei do Estado da Índia, correspondendo assim ao Tombo da Coroa na corte real, estabelecido em Lisboa pelo menos desde o século XIV e vulgarmente conhecido como a Torre do Tombo por estar instalado numa das torres do Castelo de S. Jorge⁷. Era aqui que se guardava a documentação importante que chegava do ultramar, além da que ficava nos cartórios do órgão central da administração comercial ultramarina, a *Casa da Índia*⁸.

José Maria do Carmo Nazareth (1843 -1910), que foi um dos vogais fundadores da Comissão Arqueológica de Goa estabelecida em 1904, foi também um fecundo colaborador de *O Oriente Português*, a valiosa revista da mesma Comissão. Devemos ao Sr. Carmo Nazareth dois artigos nessa Revista em 1908 sobre a Torre do Tombo da Índia. Ele fez uma succinta história dessa instituição, dando-nos uma lista dos seus Guarda-Mores e transcrevendo alguns documentos comprovativos que ele transcreveu do 3.º fascículo do *Archivo Portuguez-Oriental* editado por Cunha Rivara⁹. Também P. S. S. Pissurlencar, sobre quem voltaremos a falar mais no curso desta conferência, publicou em 1955 o *Roteiro dos Arqui-*

⁵ António Coimbra Martins, "Uma questão de método sobre o "Soldado Prático", *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 683-720.

⁶ Arquivo Histórico de Goa (=AHG), *Monções*, N.º 5, fls. 47 (Cf. Boletim da Filмотeca Ultr. Port. N.º 3, p. 460).

⁷ Pedro A. de Azevedo e António Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua História, Corpos que o compõem e Organização*. Lisboa, ANTT, 1.ª ed. 1989.

⁸ Maria Emília Cordeiro Ferreira, *Dicionário de História de Portugal*, III, 1979, s.v. «Índia, Casa da».

⁹ J.M. do Carmo Nazareth, "A Torre do Tombo da Índia e seus Guarda-Móres", *OP*, V, 1908, pp. 127-133; "Ainda a Torre do Tombo da Índia", *OP*, V, 1908, pp. 195-204.

*vos da Índia Portuguesa*¹⁰ com uma Introdução em que deixou um relato bem documentado da origem e evolução do Arquivo Histórico da Goa. Reconheço neste momento o serviço prestado por esses dois investigadores e vários outros a quem terei oportunidade de referir, e vou tentar actualizar a narrativa, comemorando assim hoje nesta augusta Academia os 400 anos de estabelecimento da Torre do Tombo de Goa. Sabe-se que aquando do início da Academia Real de História, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real ordenava ao Vice-rei Francisco de Sampaio em 1721 que satisfizesse os pedidos formulados por aquela agremiação científica, que havia enviado uma lista elaborada por Francisco de Almeida da Silva e Oliveira dos documentos que se queriam da Índia e alguns que não se achavam na Torre do Tombo em Lisboa. Seria interessante investigar até que ponto o pedido chegou a ser cumprido. Mas não poderia ter-se conseguido muito, considerando a situação do arquivo de Goa nessa altura e a qualidade do pessoal à sua testa, como se verá dentro em breve. Tenho que afirmar que eu tive a boa sorte de pesquisar durante quase três anos inteiros e seguidos no arquivo de Goa aquando da preparação da minha tese de doutoramento em 1972-75. Pude assim seguir de perto o processo de transição ainda em curso. As responsabilidades pessoais e profissionais que seguiram não me permitiram mais tarde mais que umas breves visitas de consulta para o Arquivo de Goa.

As dificuldades de localização das fontes disponíveis em Lisboa tem geralmente a célebre explicação do terramoto de 1755, se não dum outro anterior de 1531. Mas não é a única explicação. Houve falência da organização sistemática dos arquivos desde tempos antigos, quer em Lisboa, quer em Goa. Tem havido acusações de desaparecimento de inteiros volumes e para anos inteiros da documentação referente ao Infante D. Pedro e da Chancellaria de D. João II referentes ao mesmo Infante e aos Descobrimientos. Desconfia-se de Zurara, cronista afonsino e panegirista do Infante D. Henrique, e que foi também guarda-mor da Torre do Tombo¹¹.

¹⁰ Publicou "Roteiro do Cartório Geral do Estado da Índia" no *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, 1951.

¹¹ Alfredo Pinheiro Marques, *A Maldição da Memória do Infante D. Pedro*, Figueira de Foz, 1995, pp. 334-5.

Sabe-se também da sorte que teve a *Carta das Novas* em que D. Manuel anunciava os contactos oficiais estabelecidos com o Preste João em 1521. O documento não foi de agrado do seu sucessor ou dos que o rodeavam, e acabou por ser retirado de circulação e destruído¹². Em Lisboa já em princípios do século XVII se ouvem os lamentos de Gaspar Álvares de Lousada: «faltavam juramentos reais, alvarás e instruções também reais para os embaixadores passados e para os Vice-Reis do Estado da Índia e Governadores e mais ministros dos outros Estados desta Coroa, cartas e informações de uns e outros para os Senhores Reis que estão em glória, e dos Sumos Pontífices e Cardeais e de outros Príncipes e Potentados da Europa, África e Ásia para os mesmos Senhores Reis, e isto por descuido dos oficiais que até agora foram...»¹³. Tantos eram os abusos e tantas as perdas verificadas que uma das primeiras determinações do monarca Restaurador foi proibir o empréstimo dos livros do arquivo, mandando também recolher à Torre do Tombo os que andavam extraviados por mãos particulares¹⁴. Tal como acontecia em Lisboa acontecia em Goa também. Apesar de ordens estritas para serem recolhidos à Torre do Tombo os papéis do Estado, nem sempre essas ordens eram rigorosamente cumpridas.

Diogo do Couto lamenta repetidas vezes nas suas *Décadas* a incúria e o desleixo a que eram votados os documentos do Estado¹⁵. E a explicação vai encontrá-la na «pouca conta que neste Estado se faz de tudo o que não são drogas, e fazendas» (Dec. 7.^a, VIII, p. 287), um Estado «onde se não trata mais que de ajuntar, e andar» (Déc. 9.^a, XIII, p. 84). Na *Década* 9.^a diz ter encontrado o original de um formão do Akbar que em 1573 reconhecia aos Portugueses a posse de Damão nas mãos de um particular, o qual ele, não sendo ainda arquivista, entregou ao vice-rei D. Francisco Mascarenhas, mas que nunca encontrou depois na Torre do

¹² L.F. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, p. 200.

¹³ P. Azevedo e A. Baião, *ob. cit.*, pp. 16-17.

¹⁴ António Cruz, *Dicionário da História de Portugal*, I, 1979, s.v. «Arquivos Portugueses».

¹⁵ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, II, Lisboa, 1994, pp. 265-353.

Tombo, onde deveria estar «*como padrão de huma doação de tanta importancia...*» (Déc. 9.^a, XIII, p. 84).

Diogo do Couto, que já começara por sua iniciativa pessoal a redigir uma *Crônica geral da Índia*, autopro pôs-se ao monarca castelhano em 1589 para Guarda-Mor do Tombo de Goa e para cronista da Ásia filipina. O seu pedido foi concedido em 1595 e foi aconselhado a retomar o trabalho deixado inacabado por João de Barros. Mas não foi muito fácil para Couto iniciar os seus trabalhos na nova Torre do Tombo. Foram precisos mais alguns anos e novas ordens régias para a concretização da primeira ordem de 25 de Fevereiro de 1595¹⁶. Na Década 9.^a Diogo do Couto continuava a queixar: «*está esta casa por forma só com o título de Torre do Tombo, sem ter mais que huns poucos de livros velhos, que aqui lançaram os officiaes por lhes não aproveitarem, nem servirem de cousa alguma*» (Cap. XIII, p. 85). Temos o inventário do cartório da Secretaria do Estado em 1592 publicado por Cunha Rivara, e que dá uma ideia mais clara do recheio do cartório¹⁷. Diogo do Couto poderia ter razões para não estar inteiramente satisfeito como cronista que era e buscava mais pormenores. Respondendo às suas queixas ordenava o rei ao vice-rei D. Ayres de Saldanha numa ordem emitida em Valladolid aos 31 de Janeiro de 1602: «*A Diogo do Couto que está escrevendo a historia da Índia de que o tenho emcarregado vos encomendo deis todo o favor e ajuda que ouver lugar... e por que há alguns anos que tenho mandado fazer em Goa huma casa para servir de tombo em que se recolhão todos os papeis, contratos, cartas e provisões, e sou informado que até gora não he feito, vos encomendo e mando deis ordem como se faça logo por ser cousa que convem a meu serviço e ao bom governo do Estado.*»¹⁸

A persistência do Couto conseguiu ultrapassar todos os entraves que a resistência local tentou criar para o prosseguimento do seu projecto. Em 1615 o monarca Filipe II fazia a Couto uma mercê de 500 xerafins por ano, durante a vida (veio a morrer aos 10 de Dezembro de 1616) em

¹⁶ Arquivo Histórico de Goa (=AHG), *Monções*, N.º 7, fls. 86-87, 119v.

¹⁷ J.H. da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*, III, pp. xiv-xvi.

¹⁸ AHG: *Monções*, 7, fls. 86-87, 119v.

atenção aos distintos serviços do insigne cronista¹⁹. Antes de morrer Diogo do Couto conseguiu do vice-rei D. Jeronimo de Azevedo a trespassação do seu cargo de Guarda-Mór em favor de Domingos de Castilho, marido duma sobrinha sua. A nomeação tornou-se efectiva durante o impedimento de Diogo do Couto, por este "*estar ora doente em cama e não poder em peçoa servir o dito cargo*"²⁰. Todavia o mesmo vice-rei apercebeu-se logo que o novo Guarda-Mor não tinha capacidade para exercer o cargo que ocupava, e propôs ao rei Filipe II para substitui-lo pelo licenciado Nicolau da Silva, que fora Dezembargador da Relação de Goa, como pessoa mais competente. Entendia o vice-rei que a função de cronista devia estar ligada ao cargo de Guarda-Mor, e que o dito Domingos de Castilho, não tinha talento para continuar a crónica da Índia²¹. Diogo do Couto teve uns sete sucessores até 1631²², data em que surgiu Antonio Bocarro²³, o autor da *Década XIII* (1612-17)²⁴ e do mais conhecido *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*²⁵. Bocarro reanimou assim o prestígio do ofício. Após a sua morte em 1643, Francisco Moniz de Carvalho voltou a contestar o cargo contra as pretensões do sogro de Antonio Bocarro e conseguiu a confirmação real. Já tinha mais de 60 anos de idade e estava "*quazi entravado*"²⁶. Em 1655 ainda ocupava o lugar e não tinha produzido nada²⁷. Sucederam-lhe Antonio de Matos Soeiro e João de Moraes²⁸, e em

¹⁹ Bulhão Pato, *Doc. Remettidos da Índia*, T. III, doc. 536, p. 254.

²⁰ AHG: *Cartas Patentes e A Ivarás*, N.º 4, fl. 179.

²¹ AHG: *Monções*, N.º 12, fls. 310v-311.

²² Estes foram Gaspar Aires, João Vasco Casco, Gaspar de Sousa de Lacerda, Alvaro Pinto Coutinho, Domingos de Barros, Bartolomeu Galvão e Francisco Moniz de Carvalho.

²³ AHG: *Fianças*, N.º 2, fls. 49v-50v. O documento leva a assinatura de António Bocarro.

²⁴ Publicado em 2 vols. pela Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de R.J. de Lima Felner em 1876.

²⁵ O manuscrito da Bibl. de Évora foi publicado por A.B. de Bragança Pereira no *Arquivo Portuguez Oriental*, Tomo IV, Vol. II, Parte I (Nova Goa, 1937).

²⁶ Torre do Tombo, Lisboa, *Ms. Doc. Remettidos da Índia*, N.º 57, fls. 312.

²⁷ Cunha Rivara, *Arquivo Portuguez-Oriental*, VI, doc. 588 (*Monções*, N.º 25, fl. 86).

1697, Antonio Alvares ocupava o lugar de Guarda-Mor. E qual era o estado da saúde da Torre do Tombo? Conta-nos o próprio vice-rei Conde de S. Vicente o que é que passou quando foi deposto o seu predecessor Conde de Óbidos por uns amotinadores em Outubro de 1653: «*faltão muitas rezoluções furtarão-se Livros inteiros e cada qual da Torre do Tombo e da Secretaria tirou o que lhe pareceo, o passado não sei como se remedee porque a expulsão do Cde. de Obidos deu occasião a que os cediciozos furtassem os forais que lhe convinha, queimassem os cartorios que guardavão as suas querellas e somissem as cartas de V Mde. passadas em danno das suas pertensões...*»²⁹.

Continua a imagem bastante triste da Torre do Tombo em 1688, na altura em que o Secretário do Estado decidira compilar a legislação emitida pelos vice-reis a partir de D. Antão de Noronha até D. Francisco de Távora. O Secretário do Estado Luis Gonçalves Cotta escreve: «*Fazendo toda a diligencia nos livros da Secretaria por ver se achava algumas ordens dos Senhores Reis de Portugal em que concedem aos Vreys e Governadores da Índia poderes e jurisdição para fazerem leis e derogar as ordenações, não me foy possível descobrir alguma que fallace nesta matéria, suposto que não posso afirmar com serteza que as não ouve, porque faltão muitos livros antigos da Secretaria que se consumirão com o tempo, outros apodrecerão por se molharem com agoa que lhe cahio em huma invernada nos annos passados por se abater huma caza em que estavão, e ficarão alguns com a letra tão apagada que mal se pode ler...*»³⁰.

Em carta de 14 de Janeiro de 1714 o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses informava a S.M.: «*Nesta Secretaria faltão muitos papéis necessários e pertencentes ao Governo pellos haverem levados alguns Vreis em sua companhia quando poderia bastar a copia delles para curiosidade ou para qualquer requerimento, paresse-me que VMge. deve*

²⁸ AHG: *Monções*, N.º 50, fls. 63v, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, *Índia: Caixa 31* (doc. 30).

²⁹ AHG: *Monções*, N.º 33, fls. 117.

³⁰ AHG: *Monções*. N.º 53, fl. 34.

proibir, e mandar que nenhuma sorte se tirem os originais e quaisquer papeis, ou constos desta Secretaria.»³¹.

Em 1774 uma carta régia de 10 de Fevereiro mandou recolher para Portugal todos os livros e papéis antigos pertencentes ao Governo do Estado da Índia, exceptuando os documentos já mencionados numa Carta lei do Janeiro do mesmo ano. Foi em obediência à esta ordem que foram enviados para Lisboa 62 livros das *Monções*, compreendendo os anos 1606-1651, com falta dos anos 1647-50³². O arcebispo de Goa D. Francisco de Assunção Brito foi mais pronto em cumprir as ordens do Reino e em 1775 partiram de Goa os arquivos das repartições eclesiásticas de Goa, mas não se sabe onde é que foram parar. Mas nem todos os papéis dos arquivos do arcebispado de Goa desapareceram por esta razão. Por exemplo, o arcebispo José Maria da Silva Torres (1844-49) levou consigo os papéis que diziam respeito à sua administração para escrever a sua autobiografia, e esses papéis nunca foram devolvidos³³.

Em 1775 foi enviado de Goa um *Inventário* dos processos da Inquisição de Goa ordenados em 13 caixotes para serem enviados para Lisboa em obediência à uma ordem do Conselho Geral do Santo Offício de 1774, ano em que se extinguiu o Tribunal de Inquisição (extinção que se provou provisória) e ordenava-se a soltura de todos os seus presos. Era a ordem da inspiração do marquês de Pombal. O inventário encontra-se hoje na Torre do Tombo de Lisboa e no fl. 29v-30 contem a explicação para o envio do arquivo secreto do Tribunal da Inquisição de Goa face ao perigo de cair nas mãos dos Maratas que ameaçavam os domínios portugueses na Índia. Os papéis arrumados em caixotes eram para serem transferidos para a fortaleza de Mormugão, mas não se sabe também para onde é que eles foram parar. Em 1778 ordenou-se que se suspendesse a remessa de mais papéis da Índia, e prometeu-se re-enviar os já enviados, mas isso nunca se cumpriu, e os *Documentos Remettidos da Índia* ficaram na Torre

³¹ AHG: *Monções*, N.º 79, fl. 246.

³² AHG: *Monções*, N.º 157, fls. 256.

³³ Teotonio R. de Souza, "Voiceless in Goan Historiography: A Case for the Source-Value of Church Records in Goa", *Indo-Portuguese History: Sources & Problems*, ed. J. Correia-Afonso, Bombay, 1981, p. 125.

do Tombo de Lisboa³⁴. Quanto aos caixotes dos papéis de Inquisição diz-nos A. Baião que foram devolvidos a Goa ou foram queimados em Goa em 1813 porque «*se acaso não guardassem com todo o cuidado, poderia haver motivo para se difamarem, ainda mesmo falsamente, todas as famílias do estado, e cevarem por esta ocasião inimizades e intrigas de que o paiz tanto abunda*»³⁵.

O último Guarda-Mor da Torre do Tombo de Goa foi Inácio Sebastião da Silva, cavaleiro da Ordem de Santiago, falecido em 1840. Com ele ficou extinto o cargo que já era somente um ornamento³⁶. Mas com a chegada de Cunha Rivara a Goa como Secretário do Governo do Estado da Índia em 1855, a conservação da documentação do Estado mereceu uma atenção que nos é bem conhecida. Com os seus esforços pessoais e promovendo quase uma escola de investigadores em sua volta, Cunha Rivara conseguiu publicar muita documentação antiga através do *Archivo Portuguez-Oriental*, *O Chronista de Tissuary*, etc. O estabelecimento em 1870 do Instituto Vasco da Gama em Goa, e a criação da Comissão Arqueológica em 1904, contribuíram muito para manter vivo o interesse na documentação histórica e arqueológica do Estado da Índia. O desenvolvimento da imprensa em Goa que acompanhou a política liberal em Goa a partir de 1821 possibilitara em grande parte esta nova onda de cultura em Goa. A proclamação da República de 1910 foi um outro marco importante com a sua política de abertura para a população Hindú do Estado da Índia. A política republicana parece ter levado a administração portuguesa em Goa quase a fazer reparações pela sua política anterior de discriminação e exclusão dos Hindús dos cargos administrativos. É dessa nova atitude oficial que beneficiou Prof. Pissurlencar e beneficiou o Arquivo de Goa. Quando publicou a documentação sobre *Os Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia* (Bastorá, 1952) parece mesmo que queria provar aos Portugueses que a população não-cristã de Goa sempre serviu os interesses coloniais de Portugal com muita eficácia como seus agentes

³⁴ Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, III, Lisboa, 1880, p. 80.

³⁵ A. Baião, *A Inquisição de Goa*, II, Lisboa, 1949, p. 415-16.

³⁶ Pissurlencar, *Roteiro*, p. xiii.

diplomáticos. Mas vamos agora conhecer melhor este importante historiador e arquivista que fez uma contribuição extraordinária para o desenvolvimento do Arquivo Histórico de Goa, mas apesar de ser agraciado com comendas da Ordem de Santiago da Espada (1935, 1952), e doutoramento *Honoris Causa* da Universidade de Lisboa (1956), revelou-se no final da sua carreira e vida um patriota indiano.

Prof. Panduranga Sacarama Sinai Pissurlencar (1894-1969) foi o último ocupante do cargo de Director do Arquivo Histórico do Estado da Índia e merece ser considerado o principal responsável pela conservação eficaz de muita documentação antiga que se encontra no Arquivo de Goa hoje. Não só continuou, e com maior esmero e rigor editorial do que se viu no trabalho de Cunha Rivara, a publicação de documentos históricos, mas atendeu à conservação física dos papéis³⁷. Pissurlencar conseguiu fazê-lo com as suas habilidades naturais, e seus interesse e dedicação pessoais por coisas de história. Os mais antigos papéis do recheio do Arquivo de Goa pertencem ao Senado da Camara de Goa e datam de 1535³⁸. Pissurlencar tinha somente a formação de professor primário e frequentou Direito,

³⁷ Além do referido *Agentes da Diplomacia*, publicou *Regimentos das Fortalezas* (1951), *Assentos do Conselho do Estado*, 5 vols. (1953-1957), *Antigualhas* no Boletim do Instituto Vasco da Gama (1938-42), etc. Em vez de consultar os seus trabalhos sobre "Os Portugueses e os Marathas" no BIVG, convém consultar o trabalho mais aperfeiçoado e completo sobre o mesmo assunto em língua Marata. Fora convidado pela Universidade de Poona (Índia) a dar "N.C. Kelkar Memorial Lectures" em 1967, e o texto foi publicado como *Portuguez-Marathe Sambandh* pela mesma Universidade em 1967. A sua perspectiva Hindu e os seus conhecimentos da documentação vernácula revelam-se muito bem neste trabalho, e tem manifestas divergências com o estudo do Dr. Alexandre Lobato sobre as *Relações Luso-Maratas, 1658-1737*, Lisboa, 1965. Umas críticas deste autor ao Pissurlencar no seu texto podiam ter resultado da não-cooperação de Pissurlencar com ele nos trabalhos da equipa portuguesa no caso de "Direito de Passagem" no tribunal internacional de Haia.

³⁸ Rafael Moreira, "Goa em 1535: Uma cidade manuelina", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 8, II Vol., 1995, pp. 177-221. Estuda a topografia da cidade à base dum documento do Senado de Goa dessa data no Arquivo Histórico de Goa (Ms. 7737, fls. 14v-28). Para mais informação sobre a documentação do Arquivo de Goa cf. Teotónio de Souza, *Goa Medieval: A Cidade e o Interior no século XVII*, Lisboa, 1994, pp. 181 sqq.

e mais nada. Ensinava numa escola primária e aproveitava de tempo livre para escrever história. Já a partir de 1917 começara a escrever em Marata sobre temas históricos no jornal *Vividh Jnana Vistar*, e publicou dois estudos em português sobre a civilização da Índia Antiga utilizando fontes secundárias. Somente a partir de 1925 começou a interessar-se na documentação histórica que se encontrava no Cartório do Secretariado do Governo do Estado da Índia, e isso aconteceu quando Prof. Jadunath Sarkar aconselhou-o a aproveitar da documentação oficial portuguesa e a não desperdiçar os seus talentos com estudos baseados nas fontes secundárias. Sir Jadunath Sarkar, um historiador eminente da Índia e uma autoridade sobre a história da Índia durante o regime do imperador mogol Aurangzeb, serviu-se de Pissurlencar para obter informações das fontes portuguesas sobre os Maratas, cuja história estava intimamente ligada com a história de Aurangzeb. Foi assim que se cimentou uma amizade entre os dois, e não só contribuiu para orientar Pissurlencar nos novos caminhos de investigação, mas através do Sir Jadunath Sarkar, Pissurlencar veio a ser conhecido por Surendra Nath Sen e por um outro grande historiador dos Maratas, G. S. Sardesai. Poucos sabem que Prof. Surendra Nath Sen, um eminente historiador e catedrático da Universidade de Calcutá, e que exerceu mais tarde o cargo de chefe do Arquivo imperial da Índia Britânica, teve uma influência decisiva na vida do Prof. Pissurlencar e na evolução do Arquivo de Goa. Quando ainda na Universidade de Calcutá, Surendra Nath Sen visitou durante 6 semanas a Biblioteca Nacional e o Arquivo de Goa, em 1925. Foram-lhe dadas todas as facilidades de consulta pelo Governador Geral Dr. Jaime de Morais, e foi nessa altura que ele foi assistido por Bragança Pereira e por Pissurlencar. Prof S.N. Sen deixou registado o seguinte no relatório que publicou no mesmo ano em Calcuta: «*The Goa records unfortunately have been sadly neglected in the past. It is only during the enlightened administration of Dr. Jaime de Morais that some arrangements have been made for their sorting and preservation. The old volumes were formerly exposed to rain and the industry of paper moths has left so many visible marks on them, that I have not been able to take the fullest advantage of H.E. the Governor General's permission.*»³⁹. (= Infelizmente os documentos históricos em

³⁹ Surendra Nath Sen "A Preliminary Report on the Historical Records at Goa", *Calcutta Review*, May-Oct. 1925.

Goa estão muito mal cuidados. Durante o regime de Dr. Jaime Morais tem-se tomado algumas medidas para catalogar e conservar este material. Os códices antigos estiveram já expostos às chuvas e a acção dos bichos é bem visível nos papéis. Não pude assim tirar o máximo proveito das facilidades que o Governador-Geral pôs ao meu dispor). Foi nessa altura que o nome do Pissurlencar parece ter sido sugerido ao Governador do Estado da Índia, mas foi efectivamente alguns anos mais tarde, em 1930, que o Governador Geral João Carlos Craveiro Lopes criou o Arquivo Geral e Histórico da Índia Portuguesa e Pissurlencar foi convidado a ser o seu Director em 1931. Quando o Comandante Sarmiento Rodrigues visitou Goa como Ministro do Ultramar em 1952, alterou-se a designação para Arquivo Histórico do Estado da Índia, e aos 16 de Abril de 1953 foi aprovado o seu Regulamento⁴⁰. Pissurlencar justificou plenamente a confiança que foi nele depositada e converteu o Arquivo num instrumento eficaz de investigação histórica. Deixou muita documentação e estudos de investigação publicados, e conhecemos através dos relatórios de investigação deixados por J. Leroy Christian (*Hispanic American Historical Review*, vol. XXV, pp. 140-151, February 194), C.R. Boxer (*Bulletin of SOAS, London University*, June 1952: 299-323), A. da Silva Rego (*Boletim da Filmoteca Ultramarina*, N.º 1, Lisboa, 1954) os resultados positivos da entrada de Pissurlencar no Arquivo de Goa, embora como já referimos antes, no final da sua carreira, quando o movimento independista para a integração de Goa na União Indiana estava na sua fase final, Pissurlencar parece ter optado pela revelação da sua alma indiana. Ele decidiu não cooperar com a equipa dos historiadores portugueses no tribunal internacional de Haia e conhece-se ter fornecido por meios discretos a documentação que a equipa indiana precisava dos arquivos de Goa. Fotocópias da documentação passaram às mãos dos investigadores indianos através do Padre Jesuíta Humbert de Bombaim e sem o seu conhecimento. O historiador Jesuíta não sabia que ele levava mais microfilmes do que tinha pedido. A equipa indiana em Haia fora avisada para ir buscar os documentos que precisava nos ficheiros de microfilmes que o Pe.

⁴⁰ Teotonio R. de Souza, "P. S. S. Pissurlencar", *Goa's Hall of Fame*, Panaji, Goa, 1990.

Humbert levava para o Instituto Heras em Bombaim. Pissurlencar pedia a sua demissão uns meses antes da queda do regime português na Índia, e se não saiu antes era para poder assistir ao Governo da Índia até o caso no Tribunal de Haia estar despachado. E assim foi. Dois anos mais tarde Pissurlencar ofereceu a sua colecção pessoal de livros e documentos para o Centro de Estudos de Pós-Graduação estabelecido pela Universidade de Bombaim em Goa como núcleo da futura Universidade de Goa. Pissurlencar foi integrado nesse Centro como chefe do Centro de História e orientador das investigações para Doutoramento em História. Ficou ligado a esta instituição até à sua morte em 1969. A sua colecção ficou integrada na nova Universidade de Goa, criada em 1985.

A actual organização do arquivo de Goa, que após 1961 passou a ser designado oficialmente por *Gova Purabhilekha-Puratatva* ou Departamento de Arquivo e Arqueologia (e Museu), deve-se ao planeamento e esforços do seu Director Dr. V.T. Gune, que foi nomeado pelo Governo da Índia logo após a anexação de Goa à União Indiana em 1961. Dr. V. T. Gune foi um dos assistentes investigadores da equipa da Índia no caso de "Direito de Passagem" no Tribunal Internacional de Haia (1955-1960). Convém afirmar neste contexto e para melhor compreensão da evolução do Arquivo de Goa que muitas dessas nomeações oficiais foram mal vistas e mal aceites pela população goêsa que naquela altura via com muita desconfiança e ressentia a importação em Goa de burocratas e oficiais (designados desdenhosamente "deputationists" em inglês, e "bhailé", significando estrangeiros em Konkani) do Estado vizinho de Maharashtra. Vieram muitos deles por faltar pessoal treinado em Goa nos quadros de serviços de Administração do Governo da Índia, ou dos chamados "IAS officers". Como a língua oficial Hindi era ainda nova em Goa, e a língua Marata era pouco estimada pela população católica de Goa, esses oficiais que chefiavam quase todos os cargos administrativos mais importantes causavam imensa irritação nos Goêses, que os consideravam alheios e mesmo prejudiciais aos seus interesses. A população católica ressentia mais esta situação por razões culturais, mas houve candidatos locais Hindus que também se sentiram feridos nos seus interesses, como aconteceu no Arquivo de Goa. Foram mal reconhecidos e ainda mal interpretados os serviços de alguns oficiais que já tinham assistido ao Prof. Pissurlencar

durante muitos anos e sentiam-se com mais competência linguística e cultural para o aproveitamento do arquivo do que o novo chefe que começou a frequentar umas aulas de Português quando tomou posse do cargo de Director. Conta-se que a sua ignorância de língua portuguesa levou-o a interpretar a expressão "oficial inteligente" no dossier confidencial de um dos oficiais antigos por "*intelligence officer*", o que levou o pobre subordinado a sofrer muito para se exculpar da grave acusação contida no erro de tradução da parte do seu Director perante os agentes da polícia judiciária indiana.

Apesar de muita oposição local ao seu funcionamento o novo Director conseguiu manter-se no cargo durante 20 anos e mais (até 1983), e deixou como sua contribuição positiva para o Arquivo uma sede muito mais cómoda e espaçosa, e com mais facilidades físicas. Como tinha boa formação na história dos Maratas e bons conhecimentos de sanscrito e epigrafia vernácula, mostrou mais interesse em estender as actividades do Departamento nesse sentido, integrando Arqueologia e Museu no Departamento do Arquivo.

Desde 1983 Dr. P.P. Shirodkar, formado nas Ciências Políticas e Jornalismo, tem vindo a chefiar o Arquivo e publicando regularmente uma revista semestral *Purabhilekha-Puratatva*, que inclui artigos de investigação histórica e arqueológica, bem como textos de documentação inédita do Arquivo em Português e em Marata. O novo Director descende duma família que participou activamente no movimento independista de Goa. O seu pai foi Presidente da Primeira Assembleia eleita do Governo de Goa em 1963. Convém tomar em conta esse *background* para compreender melhor a orientação que o Arquivo tem vindo a ter sob a direcção do novo Director. O Arquivo tem publicado alguns livros de referência, estudos e documentação do Tribunal Militar que nos últimos anos da presença portuguesa em Goa julgava e sentenciava os considerados como «culpados» de tomar parte no movimento independista de Goa. Conheço 5 volumes dessa série⁴¹. Dr. Shirodkar tem conseguido aumentar o recheio da documentação no Arquivo com muitos papéis antigos, especialmente

⁴¹ *Who's Who of Freedom Fighters*, 2 vols. (1986, 1990), *Trial of T.B. Cunha* (1991), *Trial of Laxmikant Bhembre* (1992), *Trial of Rama Khrisna Hegde* (1993).

referentes à administração das aldeias, e que estavam dispersos em vários cartórios distritais e noutras repartições do Estado. Além da documentação portuguesa, que é geralmente a única conhecida e consultada pelos historiadores portugueses e estrangeiros, o arquivo de Goa conserva milhares de papéis de documentação em língua vernácula Marata escrita em caracteres devanagânicos, bem como em *Modi* e *Halakannada*. Era nessa última escrita que se mantinham as actas e contas das comunidades rurais de Goa ainda até 1629⁴². Muita dessa documentação está em processo de restauro e inventariação. O Arquivo mantém um inventário manuscrito actualizado, mas faz muita falta um novo roteiro publicado para o uso dos investigadores, que ainda tem que depender do *Roteiro* publicado por Pissurlencar há 40 anos. Um guia publicado por Dr. V.T. Gune em 1973 não satisfaz ninguém⁴³. Quando peço actualização, é para pedir também correcções necessárias ao *Roteiro* de Pissurlencar⁴⁴, e indicação dos códices que foram levados para Portugal a pedido do Rev. Doutor A. da Silva Rego, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros na ocasião do caso no tribunal internacional de Haia. Escrevia o Pe. Silva Rego na Crónica da Filmoteca Ultramarina Portuguesa em 1960 que obtivera despacho do Governador Geral Vassalo e Silva, autorizando empréstimo de 4 códices de cada vez para se poder copiar textualmente os livros das *Monções* e *Reis Vizinhos* que tinham sido microfilmados em Goa. Mas ao contrário

⁴² G. Ghanthkar, *An Introduction to Goan Marathi Records in Halakannada Script*, Margão, 1973; G. Ghanthkar, *History of Goa through Gōykanadi Script*, Panaji, 1993. O autor dessas obras é a única pessoa em Goa que consegue hoje ler a documentação Marata em caracteres Canarêses antigos. O autor foi um dos assistentes mais antigos de Pissurlencar, colaborou na sumariação dos documentos do Arquivo de Goa na *Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, e assistiu a Doutor Alexandre Lobato na leitura dos documentos em Marata para o caso no tribunal de Haia, na altura em que não podia contar com a assistência de Pissurlencar. Vide Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, pp. 213-217: Duas amostras de documentos em escrita Gōykanadi com sumários em português.

⁴³ *A Guide to the collections of records from the Goa Archives*, Panaji.

⁴⁴ Existem códices com títulos nas capas que não correspondem ao que vai por dentro. Para dar um exemplo: Cod. 7536 com o título "Despeza do Colégio de S. Tomas", contém o inventário da sacristia de Santa Cruz dos Milagres e necrologia dos Oratorianos para os anos 1819-1834.

do que se podia concluir acerca do número dos códices emprestados, uma lista que me foi apresentada no Arquivo de Goa indicava 16 livros de *Monções* levados por CEHU, e que não tinham sido devolvidos. A mesma lista indicava como levados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa) 10 *Livros de Damão*, 2 dos *Reis Vizinhos*, 3 de *Pazes*, 2 de *Estrangeiros*, e 1 de *Posse de Nagar Aveli*. Convinha saber o paradeiro de todos esses valiosos códices.

Sei que há preconceitos que levam muitos hoje em dia em Portugal afirmar que os documentos em Goa ficaram mal cuidados após 1961. Já temos sobejos testemunhos do mau e mesmo péssimo cuidado durante os séculos passados, e para quem não bastam confirma-o o Pe. Silva Rego na crónica já citada dos finais da presença portuguesa em Goa: «A maior parte dos códices encontra-se em tão mau estado que não permitirá cópia integral. Mas, no entanto, aproveitar-se-á o que for legível»⁴⁵. Temos que afirmar que apesar dos contratempos históricos, factores humanos, e factores climáticos, tem-se feito muito durante os últimos 400 anos para manter e melhorar a instituição que foi estabelecida como *Torre do Tombo da Índia* em 1595 e que se transformou em Department of Historical Archives, Archeology and Museum (*Gova Purabhilekha-Puratatia*) após a mudança política em 1961. Esperemos que o apoio prestado recentemente pela Fundação Calouste Gulbenkian para melhorar as facilidades técnicas de microfilmagem no Arquivo de Goa seja bem aproveitado para o bem de estudos históricos, e de laços históricos que unem Índia e Portugal.

⁴⁵ *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, N.º 13, Lisboa, 1959. A crónica leva a data: 2 de Fevereiro 1960.